



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA NONA (9ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

No primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e dezanove, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Nona (9ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 29 de março de 2019. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citada Resolução, convidou o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Vigésima Oitava (28ª) sessão ordinária, do segundo ano, da décima sétima legislatura, e da Oitava (8ª) sessão ordinária, do terceiro ano, da décima sétima legislatura, realizadas, respectivamente, em 10 de setembro de 2018 e 25 de março de 2019, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. O Presidente da Câmara, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, registrou a presença do Prefeito Carlos Nelson Bueno, nas dependências da Câmara Municipal, acompanhando o início dos trabalhos legislativos. Na sequência, deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 25, de 2019, de autoria do Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, “dispondo sobre a obrigatoriedade de apresentação, pelo Poder Público, de relatório fiscal, de interesse público, nos termos que especifica, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 26, de 2019, de autoria do Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, “dispondo sobre a obrigatoriedade de afixação de placa, com informações, sobre despesas, em eventos promovidos, patrocinados, ou com emprego de dinheiro público, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 23, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 28/2019, datada de 29/03/2019, objeto do Ofício nº 28/2019, de igual data, “dispondo sobre reajuste dos salários, vencimentos, proventos e pensão mensal dos servidores ativos e inativos da Administração direta e indireta da Prefeitura de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei Complementar nº 04, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acompanhado de Mensagem nº 24/2019, datada de 28/03/2019, objeto do Ofício nº 24/2019, de igual data, “dispondo sobre o plano de carreira e salários da Guarda Civil Municipal – GCM de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 25/2019, datada de 29/03/2019, objeto do Ofício nº 25/2019, de igual data, “dispondo sobre alteração de referências salariais do emprego que especifica, do quadro de pessoal da administração direta, de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 26/2019, datada de 29/03/2019, objeto do Ofício nº 26/2019, de igual data, “dispondo sobre a alteração de valor e de classe salarial de emprego, que especifica, do quadro de pessoal da administração direta, de Mogi Mirim, de dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 27/2019, datada de 29/03/2019, objeto do Ofício nº 27/2019, de igual data, “dispondo sobre a alteração de referências salariais de empregos, que especifica, do quadro de pessoal da administração direta, de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei Complementar nº 08, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 29/2019, datada de 29/03/2019, objeto do Ofício nº 29/2019, de igual data, “dispondo sobre alteração de dispositivos das Leis Complementares nºs 205 e 206/2006, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº 28/2019, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fosse o Projeto de Lei nº 27/2019 apreciado, em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 178/2019 - Assunto: REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE SOLENIDADE PARA HOMENAGEAR O NÚCLEO DE CORRESPONDÊNCIA MMDC – MOGI MIRIM “AFONSO ZAMBRANA”, A REALIZAR-SE EM 01 DE JULHO DE 2019, COM INÍCIO ÀS 18H30, APÓS A ABERTURA DOS TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 179/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Arquiteto Carlos Nelson Bueno que, através da Secretaria competente proceda estudos sobre a colocação de Vaga de Curta Duração na Rua Paissandu e envie cópia a esta Casa de Leis. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 180/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, que junto às Secretarias de Educação e Financeira, nos encaminhe cópia de notas fiscais referente ao transporte escolar que especifica. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 181/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, que junto à Secretaria Competente, nos encaminhe o valor gasto mensalmente com pessoal do Consórcio Cemmil Pró Estrada, que cuidam da roçagem e limpeza das unidades escolares. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 182/2019 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES E PROJETOS PARA A IMPLANTAÇÃO TEMPORIZADORES REGRESSIVOS NOS SEMÁFOROS DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 183/2019 - Assunto: REQUER AO EXECUTIVO MUNICIPAL CÓPIA DOS RELATÓRIOS ENVIADOS PELA EMPRESA SESAMM. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 184/2019 - Assunto: REQUER SEJA OFICIADO A SESSAM– SERVIÇO DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM, PARA QUE ENVIE AS SEGUINTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

INFORMAÇÕES Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 185/2019 - Assunto: Requer ao Sr. Prefeito, por meio da secretaria municipal competente, informações sobre o calendário de coleta de lixo na zona rural da cidade e informe o motivo das últimas irregularidades a execução dos serviços. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 186/2019 - Assunto: REQUER AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SOBRE QUAIS SÃO OS HOSPITAIS E SANTAS CASAS QUE FIZERAM CONVÊNIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS NOS ÚLTIMOS 02 ANOS ATÉ A PRESENTE DATA, COM OS VALORES DESTES CONVÊNIOS. Autoria: MOACIR GENUARIO. Requerimento Nº 187/2019 - Assunto: REQUEIRO REALIZAÇÃO DE ESTUDOS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO A RESPEITO DE ESPÉCIE ARBÓREO LOCALIZADO NO TERRENO PÚBLICO DA RUA PAULO NARESI, NO LINDA CHAIB. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 193/2019 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE A QUANTIA DE EDIFICAÇÕES NÃO REGULARES E POSSIBILIDADE DE ESTABELEECER, NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A REGULARIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES CLANDESTINOS, IRREGULARES ACABADAS E/OU HABITADAS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, NUM PRAZO DETERMINADO. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 195/2019 - Assunto: SOLICITO Á CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S/A - INTERVIAS, ORGÃOS E DEPARTAMENTOS COMPETENTES ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE MELHORIAS NO SISTEMA VIÁRIO NO TREVO DE ACESSO À SP-147 A ZONA LESTE – CHACARAS YPÊ E ADJACENCIAS e dá outras providencias Autoria: GERSON



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento N° 196/2019 - Assunto: Requer alteração de data da convocação Sr. Oliveira Pereira da Costa, DD. Secretário de Finanças e da Sra. Dra. Adriana de Oliveira Tavares DD. Secretária de Negócios Jurídicos para prestarem esclarecimentos na Sessão Ordinária desta Casa de Leis no dia de hoje para a Sessão Ordinária o dia 08 de abril de 2019 (segunda-feira) às 18h30. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento N° 197/2019 - Assunto: alteração da data da Homenagem dos 55 anos da ETEC “Pedro Ferreira Alves”, a ser realizada no dia 25 de Abril de 2019, com início às 18h30, na no Plenário da Câmara Municipal Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento N° 198/2019 - Assunto: REQUER INFORMAÇÕES URGENTES SOBRE O PATRULHAMENTO RURAL EM NOSSA CIDADE E SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA PARCERIA. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento N° 199/2019 - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES ACERCA DA POSSIBILIDADE DE AMPLIAR A CONCESSÃO DE AREA DADA PELA LEI 5.591/2014, A ACOJAMBA, PERMITINDO O USO DA AREA ONDE HOJE SE LOCALIZA O SALÃO SOCIAL. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação N° 338/2019 - Assunto: SOLICITO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ESTUDOS JUNTO A SECRETARIA COMPETENTE, A CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA EMEB PROF. BRÁULIO JOSÉ VALENTIM - MARTIM FRANCISCO Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação N° 349/2019 - Assunto: INDICO À PREFEITURA DE MOGI MIRIM, A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA-BURACOS NO TRECHO ENTRE O CONDOMÍNIO PAINEIRAS E A ESCOLA BRÁULIO JOSÉ VALENTIM NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO. Autoria: CINOÊ DUZO. Indicação N° 350/2019 - Assunto: Solicita ao Exmo Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providencie a construção de um Hospital Municipal para atender a população mogimiriana, que sofre há 250 a falta dele, sendo socorrida somente pela Santa Casa de Misericórdia da cidade. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 351/2019 - Assunto: Solicitação de manutenção na rua 32 no Bairro Parque das Laranjeiras Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Indicação Nº 352/2019 - Assunto: Indica providências para viabilizar limpeza na praça em frente da Igreja Nova Aliança na rua José Poletini com a rua Honório Vital do Prado. Autoria: SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Indicação Nº 353/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL DOS AGRICULTORES (MMR-347), COM RELAÇÃO AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 354/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, LIMPEZA, PODA DAS ARVORES, ROÇAGEM DO MATO E DO CAMPO DE FUTEBOL NA PRAÇA RODRIGO MAZON, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AERoclUBE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 355/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA BENEDITO CUNHA CAMPOS, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NAZARETH. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 356/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA RAFAEL BELLA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 357/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA OSVALDO FERREIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 358/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA GERALDO PEREIRA CASTILHO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 359/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PARANÁ, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 360/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, RECAPEAMENTO TOTAL DA RUA IRINEU BONATTI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA ANA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 364/2019 - Assunto: Solicito junto à secretaria competente que, com urgência, realize limpeza de áreas verdes localizadas em vários pontos na região central e outros. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 365/2019 - Assunto: Solicito junto à secretaria competente que promova a instalação de ponto de embarque e desembarque de linhas urbana e suburbana na mesma localidade, próximo ao Hospital 22 de Outubro. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 366/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da secretaria de competente, para que seja feito reparo no asfalto da Rua Vitalina Davoli Mariotoni, esquina com Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, próximo ao banheiro público do complexo do Lavapés, bairro Nova Mogi. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 367/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NO PASSEIO PÚBLICO DA AVENIDA DR. JOÃO AVANCINI, NO MOGI MIRIM II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 368/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REPAROS URGENTES NA MALHA ASFÁLTICA DA RUA MARIA MILANI BONALDO, NO JARDIM SBEGHEN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 369/2019 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente para proceder a “limpeza da área institucional, área verde e canteiros do Parque do Estado II, com a devida roçagem e retirada de poda verde. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 370/2019 - Assunto: INDICO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ATRAVÉS DE SECRETARIA MUNICIPAL COMPETENTE QUE REALIZE MELHORIAS NAS ESTRADAS DOS BAIROS CAVENAGHI, VILANOVA NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 371/2019 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, PARA QUE VIABILIZE À DEMARCAÇÃO DE SOLO – “ESTACIONAMENTO E VAGAS EXCLUSIVAS PARA MOTOS” NA RUA SANTA CRUZ, EM FRENTE AO Nº 1297 - JARDIM SANTA CRUZ, MOGI MIRIM. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 372/2019 - Assunto: INDICA-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE ESTUDOS PARA UMA PARCERIA ENTRE A GUARDA CIVIL MUNICIPAL E A POLÍCIA MILITAR, COM O INTUITO DE REALIZAR UM TRABALHO MAIS EFICAZ NA ZONA RURAL. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 373/2019 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente que providencie o corte e a limpeza do mato na Avenida Vereador Antônio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Carlos Oliveira, Parque do Estado II Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 374/2019 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a limpeza dos canteiros e retirada de entulhos, mato e lixo na Avenida Walter de Pieri, Parque do Estado II. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 53/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SENHOR EDERALDO PINTO GUEDES, OCORRIDO DIA 25.03.2019 Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 55/2019 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS INTEGRANTES DO GRÊMIO ESTUDANTIL DA ETEC "PEDRO FERREIRA ALVES". Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 56/2019 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO CAPÍTULO DEMOLAY "CAVALEIROS DAS SETE VIRTUDES" Nº 424, E SUA DIRETORIA, PELA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA 8ª EDIÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE ALIMENTOS INTITULADA "ARRASTÃO DA SOLIDARIEDADE Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 57/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA LOURDES FERNANDES DE BARROS BRANDÃO, OCORRIDO DIA 21 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 58/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR PAULO ROBERTO BRAIT, OCORRIDO DIA 22 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 59/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SENHOR ARLINDO PAPA, OCORRIDO DIA 25.03.2019. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 60/2019 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS AO SESC –



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, SINCOMÉRCIO E SECRETARIA DE CULTURA DE MOGI MIRIM, PELA REALIZAÇÃO DA “ 5ª EDIÇÃO DO CIRCUITO SESC DE ARTES”, OCORRIDO NO DIA 31 DE MARÇO NA PRAÇA JORGE FRANÇA CAMARGO, ZONA NORTE DE MOGI MIRIM. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 61/2019 - Assunto: Moção de congratulações e aplausos aos jovens músicos da Banda Lyra Mojimiriana que fizeram uma bela apresentação na abertura da sessão de homenagens às mulheres, na Câmara Municipal, no último dia 27 de março de 2019. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Moção Nº 62/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO SENHOR SINÉSIO ZANETTI, OCORRIDO NO DIA 24 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MOACIR GENUARIO, TIAGO CÉSAR COSTA. Moção Nº 63/2019 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS AO SINCOMÉRCIO, ACIMM – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MOGI MIRIM, E A ORQUESTRA SINFÔNICA DA UNICAMP PELA APRESENTAÇÃO NA MATRIZ DE SÃO JOSÉ, OCORRIDO NO DIA 28 DE MARÇO, ÀS 19H30 DENTRO DAS FESTIVIDADES DE MOGI MIRIM 250 ANOS! Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 64/2019 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS AO TÉCNICO RICARDO MARTINIANO DA FREE PLAY, QUE REPRESENTOU A CIDADE DE MOGI MIRIM COM 37 NADADORES INSCRITOS NO TORNEIO REGIONAL DE NATAÇÃO PETIZ A SÊNIOR DA FAP – FEDERAÇÃO AQUÁTICA PAULISTA NO DIA 30 DE MARÇO, NO CLUBE MOGIANO DENTRO DAS FESTIVIDADES DE 250 ANOS DE MOGI MIRIM. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 65/2019 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS EMPRESÁRIO LUCIANO HANG E COLABORADORES PELA INAUGURAÇÃO DA 121ª MEGA LOJA HAVAN EM MOGI MIRIM, NO ÚLTIMO DIA 23 DE MARÇO DE 2019. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 66/2019



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

- Assunto: MOÇÃO DE PESAR COM UM “MINUTO DE SILÊNCIO” PELO FALECIMENTO SENHOR ALEXANDRE ALVES (MEGA), OCORRIDO NO DIA 19 DE MARÇO DE 2019 EM SÃO PAULO - CAPITAL. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 67/2019

- Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO COLÉGIO IMACULADA DE MOGI MIRIM PELO ANIVERSÁRIO DE 107 ANOS DA SUA FUNDAÇÃO E COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 68/2019

- Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO ATLETA MOGIMIRIANO PATRICK LANZA, PELA CONVOCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PELA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NO SULAMERICANO SUB-17, DISPUTADO NO PERÚ. Autoria: CRISTIANO GAIOTO, GERALDO VICENTE BERTANHA. Moção Nº 69/2019

- Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À TODOS OS ENVOLVIDOS NA CONQUISTA DO MIT, OS QUAIS NOMEIO NESTE DOCUMENTO A SEREM HONRADOS POR TODOS OS VEREADORES NESTA SESSÃO, COM REQUERIMENTO LIDO NA ÍNTEGRA. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Neste ponto, fez uso da palavra, conforme Artigo 174, III, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues, solicitando leitura, na íntegra, da Moção nº 69/2019, de sua autoria, o que foi aprovado, pelo Presidente da Câmara. Moção nº 69, de 2019, assim redigida: “SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES, REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado em Ata de nossos trabalhos MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À TODOS OS ENVOLVIDOS NA CONQUISTA DO MIT, OS QUAIS NOMEIO NESTE DOCUMENTO E SOLICITO AOS PRESENTES QUE ADENTREM O PLENÁRIO PARA SEREM HONRADOS NESTA SESSÃO. PREFEITO CARLOS NELSON BUENO E MARCOS DIAS, SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO E O TURISMÓLOGO ED ALÍPIO representando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os demais funcionários da Pasta. SEBASTIÃO ZOLI JUNIOR, PRESIDENTE DO COMTUR, aqui representando os demais membros do Conselho; ANDRÉ LUIS DOS SANTOS E DÉBORA TAROSI, DIRETOR E CORRDENADORA da Etec Pedro Ferreira Alves, representando os demais alunos envolvidos na ação. Na oportunidade, faço menção ainda ao então DEPUTADO ESTADUAL JOÃO CAMEZ, autor da LEI DO MIT, o qual esteve presente em nosso município visitando os pontos turísticos e participando de Audiência Pública a convite desta Vereadora. A todos OS COLEGAS VEREADORES por aprovarem meus requerimentos referente ao MIT e o Projeto de Lei; a SECRETARIA DE TURISMO ESTADUAL e DEMAIS COLABORADORES DA SOCIEDADE MOGIMIRIANA. JUSTIFICATIVA: A iniciativa do MIT institui que 140 municípios serão de interesse turístico. Todos os municípios, excetos as Estâncias já existentes, concorrem a esse grupo, e para participar desse time, os municípios devem preencher alguns critérios como potencial turístico, Conselho Municipal de Turismo, serviço médico emergencial, infraestrutura básica, Plano diretor de turismo e expressivos atrativos turísticos. A emenda à Constituição aprovada pela ALESP representa uma enorme conquista para o turismo que é a segunda economia no mundo e também no Brasil. Mogi Mirim recebeu no último dia 20 de março, o certificado de MIT (Município de Interesse Turístico) no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, em cerimônia com a presença do governador João Dória. Uma conquista de suma importância para nossa cidade e toda população, pois permite mais recursos para investimento e desenvolvimento do turismo local, o que conseqüentemente irá movimentar a economia da cidade e gerar mais empregos e renda, além de propiciar opções lazer aos mogimirianos. Temos vários pontos turísticos em nossa cidade, que necessitam receber melhorias para visitasões. Pontos esses, que além das benfeitorias necessitam de divulgação e mais ação para que toda população chegue até eles, atraindo inclusive visitantes para o nosso município. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

homenagem justa se dá pelo fato dessa conquista não ter sido uma tarefa fácil, inclusive vale ressaltar como mencionado acima que não é para todos os municípios, o pleito é limitado. Trata-se de uma reivindicação pleiteada pela Secretaria de Cultura e Turismo que, em conjunto com o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) e representantes da iniciativa privada e da sociedade civil, estabeleceram um plano de trabalho, a fim de atender os pré-requisitos necessários para a obtenção do título, como o levantamento de informações, esquematização e elaboração de documentos. O projeto técnico requereu inúmeras exigências, que necessitou de um trabalho árduo, dedicação e muito empenho dos envolvidos. Agora, Mogi Mirim é beneficiada graças ao trabalho planejado e executado em conjunto, por todos que aqui foram citados. Mogi Mirim provou mais uma vez com essa conquista, que existem pessoas engajadas em fazer o bem pensando na coletividade e no progresso da cidade. **PARABÉNS! SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, 29 de março de 2019. Vereadora e Investigadora da Polícia Civil Sonia Regina Rodrigues - SONIA MÓDENA**”. A Vereadora requereu ainda, a suspensão dos trabalhos, por breves instantes, para entrega de “diploma de reconhecimento”, a todos os envolvidos, no trabalho efetuado, para conquista do Município de Interesse Turístico – MIT, especialmente, os senhores *Sebastião Zoli Júnior, Presidente do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR; André Luís dos Santos, Diretor da ETEC Pedro Ferreira Alves; Prefeito Carlos Nelson Bueno, recebido o diploma, pelo Chefe de Gabinete, Guto Urbini, e para o turismólogo Ed Alípio*. O Presidente acatou o pedido verbal da vereadora, a sessão foi suspensa, às 19 horas, para entrega dos diplomas, e reaberta, às 19h07, para prosseguimento dos trabalhos. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 742, datados de 25, 26, 27, 28 de março de 2019, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação nº 1573/2017; Indicação nº 366/2017; Indicação nº 478/2017; Indicação nº 479/2017; Indicação nº 399/2017; Indicação nº 1191/2017; Indicação nº 1506/2017; Indicação nº 1528/2017; Indicação nº 1619/2017; Indicação nº 1521/2017; Indicação nº 155/2018; Indicação nº 935/2018; Indicação nº 1203/2018; Indicação nº 1294/2018; Indicação nº 591/2018; Indicação nº 977/2018; Indicação nº 1036/2018; Indicação nº 1064/2018; Indicação nº 1099/2018; Indicação nº 1305/2018; Indicação nº 1306/2018; Indicação nº 056/2018; Indicação nº 57/2018; Indicação nº 225/2018; Indicação nº 226/2018; Indicação nº 282/2018; Indicação nº 344/2018; Indicação nº 427/2018; Indicação nº 428/2018; Indicação nº 603/2018; Indicação nº 630/2018; Indicação nº 632/2018; Indicação nº 737/2018; Indicação nº 878/2018; Indicação nº 1221/2018; Indicação nº 1222/2018; Indicação nº 1226/2018; Indicação nº 1228/2018; Indicação nº 1286/2018; Indicação nº 1291/2018; Indicação nº 929/2018; Indicação nº 433/2018; Indicação nº 1129/2018; Indicação nº 1133/2018; Indicação nº 1216/2018; Indicação nº 1225/2018; Indicação nº 1100/2018; Indicação nº 1247/2018; Indicação nº 1249/2018; Indicação nº 1273/2018; Indicação nº 140/2019; Indicação nº 049/2019; Indicação nº 050/2019; Indicação nº 011/2019; Indicação nº 016/2019; Indicação nº 017/2019; Indicação nº 052/2019; Indicação nº 061/2019; Indicação nº 062/2019; Indicação nº 063/2019; Indicação nº 064/2019; Indicação nº 066/2019; Indicação nº 070/2019; Indicação nº 071/2019; Indicação nº 134/2019; Indicação nº 178/2019; Indicação nº 187/2019; Indicação nº 192/2019; Indicação nº 279/2019; Indicação nº 281/2019;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 282/2019; Indicação nº 283/2019; Indicação nº 284/2019; Indicação nº 124/2019; Requerimento nº 032/2019; Requerimento nº 106/2019; Indicação nº 241/2019; Indicação nº 104/2019; Indicação nº 041/2019; Requerimento nº 131/2019; Indicação nº 044/2019; Requerimento nº 702/2017; Indicação nº 1174/2018; Indicação nº 664/2018; Indicação nº 1175/2018; Indicação nº 376/2018; Requerimento nº 152/2019; Indicação nº 303/2019; Indicação nº 311/2019; Indicação nº 724/2017; Indicação nº 975/2017; Indicação nº 1451/2017; Indicação nº 1053/2018; Indicação nº 1169/2018; Indicação nº 1232/2018; Indicação nº 123/2019; Indicação nº 157/2019; Indicação nº 161/2019; Indicação nº 089/2019; Requerimento nº 136/2019; Indicação nº 029/2019; Indicação nº 137/2019; Indicação nº 141/2019; Indicação nº 235/2019; Indicação nº 076/2019; Requerimento nº 132/2019; Requerimento nº 133/2019; Requerimento nº 134/2019, , desta Edilidade; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); Ofício nº 0033/2019, datados de 25 de fevereiro de 2019, subscrito pelo Sr. Rodrigo Rodrigues dos Santos, Gerente da GLICO/DERES/AF do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, “comunicando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 86.400,00”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário, pedido, de sua iniciativa, para *antecipação da Tribuna Livre*, o que foi aprovado, por unanimidade, pelo Plenário. Assim sendo, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou, para que adentrasse, ao Plenário o Senhor *Dr. Alison Silva, advogado do Sindicato dos Servidores Públicos de Mogi Mirim – SINSEP, que discorreu sobre o dissídio dos servidores públicos, ano 2019, e assuntos pertinentes*, cujo discurso foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

gravado, em formato digital, à disposição, nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão, às 19h10, para reabri-la, posteriormente, às 19h35. Ato contínuo, o Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Informou a todos, que tinha publicado, na sua página, na rede social, o rol das ruas a receberem infraestrutura, no Parque das Laranjeiras, informando o nome da rua e o número da rua, explicando ainda, que as Ruas 18 e 19 já tinham recebido asfalto, na administração de Gustavo Stupp, todavia, estariam, em obras, para instalação de galerias, para captação de águas pluviais e ligação, com as demais ruas, bem como, instalação de coletores de esgoto, algo que não tinha sido feito, na administração anterior. Aclarou, igualmente, que não seria asfaltado o bairro todo, apenas, até a Rua 30, conforme estabelecido, na licitação da obra, porém, como havia sentença de ação civil e a prefeitura estava obrigada a executar obras de infraestrutura, no Parque das Laranjeiras, em sua totalidade, o orador tinha esperanças, de que uma nova licitação fosse aberta, desta vez, para conclusão do asfalto, no bairro, até final de 2020. O Vereador falou também, sobre o Horto Vergel, e disse, que tinha se reunido, com representantes da Coopervel – Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras do Horto do Vergel; que ele fora informado que, em 2018, não tinham sido observadas lei municipal e federal, as quais rezavam, que 30% dos legumes, hortaliças e frutas, da merenda escolar, tinham que ser adquiridos de agricultores do município, que, agora, estava sendo aberta nova licitação, a qual “ainda não estava beneficiando o povo do Vergel”, os agricultores do Horto Vergel dependiam desta participação, na licitação, para fazer jus à linha de crédito, financiamento pactuado, com o Governo Federal, portanto, os agricultores do Horto Vergel necessitavam participar das licitações da merenda escolar, da prefeitura de Mogi Mirim, e que, ele se reuniria, com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeito e secretários, na tentativa de sanar tal ausência. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Ele cumprimentou todos os presentes, especialmente, os servidores municipais e Guardas Civis Municipais – GCMs presentes, nas galerias. Aclarou, que era dia de muita alegria, porque, na data, direitos da GCM, plano de carreiras e mudança de referência salarial, tinham sido reconhecidos, pelo Prefeito, e os respectivos projetos haviam sido lidos, na presente sessão, seguindo trâmite, na Casa; que se tratavam de reivindicações antigas da GCM, pelas quais ele muito lutara, desde o início de sua vereança; que ele era contrário, sempre fora, ao congelamento dos biênios e quinquênios dos servidores públicos e qualquer fala oposta, era mentirosa, e pediu aos servidores presentes, que propagassem tal informação; que ele era servidor também, tinha direito, aos benefícios, desejava-os e não seria hipócrita, de falar o diverso, e, assim como, outros vereadores, ele era favorável a que o benefício fosse estendido, aos demais servidores, e, na data, o prefeito tinha encaminhado projeto de lei, neste sentido, da extensão do benefício a todo o funcionalismo municipal, proposta esta, que fora lida e encaminhada às comissões; que todos os vereadores tinham lutado sempre, pela igualdade de biênios, quinquênios e sexta-parte a todos os servidores, portanto, era dia de conquista e comemoração, para a GCM e para todo o funcionalismo público municipal; que o prefeito havia remetido ainda, projeto de lei, para reajuste do funcionalismo, em 2%, índice aquém das expectativas; que o Sindicato dos Servidores – SINSEP levaria a proposta do reajuste, de 25%, ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT, e o sindicato poderia contar, com o apoio da Câmara, porém, o reajuste tinha sido dado, no percentual possível, pelo ordenador da despesa, o Prefeito Municipal, que ele desejava sucesso, ao sindicato, na busca



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por um melhor índice, junto ao TRT; que a Câmara já havia dado apoio, ao sindicato, nas suas lutas junto ao TRT, porém, sem sucesso, no passado, por isso, ele não acreditava numa mudança, no reajuste, que todo o funcionalismo podia contar com a Câmara, à concretização de suas reivindicações, e que, ele parabenizava todos os servidores, pelas conquistas, pela valorização do trabalho público, bem como, parabenizava o prefeito, pela apresentação das propostas. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele cumprimentou todos os presentes, especialmente, os servidores públicos de Mogi Mirim. Relatou, que tinha sido procurado, por muitos servidores, os quais estavam apreensivos, com o congelamento dos biênios e quinquênios do funcionalismo da prefeitura; que ele estava feliz, com o desfecho, porque ele também era funcionário público e também “carregava o piano”, assim como seus colegas servidores, e fez um agradecimento especial, aos guardas civis municipais, porque atuavam, como técnicos, em enfermagem, e motoristas, quando, em algumas ocorrências, ajudando-o, no seu trabalho noturno, a ele, orador, que era motorista da Secretaria da Saúde, notadamente, das ambulâncias, bem como, aos funcionários lotados, na UPA, os quais eram muitas vezes “fuzilados”, pela falta de equipamentos e insumos; que estava sendo realizada obra, na recepção da UPA, fazia dois meses, a administração realizava “um puxadinho”, na UPA, e tinha fechado, com tapumes, a frente da unidade, assemelhava-se a uma favela; que, dia desses, havia chovido e a água invadira a recepção, da UPA, e, na rede social, internautas haviam-no criticado, porque “ele falava demais” e denominara “puxadinho”, a reforma da UPA, a qual tinha custado duzentos e sete mil reais, e ele, orador, se propunha a fazer a mesma obra, o “puxadinho”, pelo valor de trinta mil reais; que a obra do puxadinho estava crua e precária; que não era errado, Carlos Nelson Bueno desejar edificar um hospital municipal, era certo, mas, primeiramente, o prefeito deveria “cumprir com suas obrigações, na UPA”, haja vista que, certo dia, os Vereadores Moacir, Tiago e ele, orador, tinham sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procurados, por um médico, preocupado, porque dez pacientes permaneciam, em leitos, na UPA, aguardando remoção à Santa Casa; que as UBSs estavam “um verdadeiro relaxo”, perdia-se medicação e, depois, diziam, que ele falava demais, que a Vigilância Sanitária comparecia, na Santa Casa, duas, três vezes/dia, ele queria saber o porquê, e sugeriu à Vigilância Sanitária, que fosse averiguar a situação dos postinhos de saúde da prefeitura, ao invés, de ir sempre, na Santa Casa, e que, ele iria “cobrar geral”, dali, em diante. Sobre a situação da ponte do Bairro Estação Horto Vergel, local, onde a água passava, por cima da estrutura, o vereador relatou, que moradores do bairro, cansados de esperar por providências, da prefeitura, haviam desassoreado o leito do rio, limpando-o, por baixo da ponte, mas, que o secretário da pasta não tinha apreciado a limpeza, “porque existiam outros lugares e havia prioridade, para escoar limões, à exportação”, que o secretário verbalizara sobre fechar a ponte, com entulhos, todavia, o Vereador perguntava, o que seria feito dos alunos do Vergel, se a ponte fosse interditada, pelo secretário, perguntava, se as crianças não tinham o mesmo direito dos limões, de ir e vir, e de ir à escola, haja vista que as crianças eram o futuro do Brasil, perguntava, enfim, se o povo do Vergel seria sempre “um povo esquecido”. Finalizando, o vereador agradeceu ao prefeito, pela apresentação do projeto dos biênios e quinquênios, os quais seriam concedidos a mil e cem funcionários, da prefeitura, servidores estes, que não possuíam o direito ao benefício, benefício este, que fazia diferença estrondosa, ao bolso do funcionário, no final do mês. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Depois dos cumprimentos de praxe, a Vereadora se reportou ao abraço coletivo, que tinha sido dado, no entorno da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, no sábado, dia 30, reunindo munícipes, funcionários e os Vereadores Cinoê, Tiago, Moacir, André, Marcos e ela, oradora. Informou, que o Dr. Furigo, advogado da Santa Casa, tinha-lhe dito, muito claramente, e aos vereadores também, que o Tribunal Regional do Trabalho - TRT, a prefeitura, via



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Conselho Municipal de Saúde, e a Direção Regional de Saúde - DRS São João da Boa Vista tinham sido informados da transição da verba, do repasse da Santa Casa, para uma conta pessoa física, e a vereadora perguntou, quem estava mentindo, afinal; que se criava um caos, assim como, tinha sido criado caos, relativo ao congelamento dos biênios e quinquênios, para depois se trazer solução, logo, alguma coisa acontecia, na administração municipal, não havia rumo, a administração não sabia por onde caminhar; que o Dr. Furigo havia informado, que a dívida da Santa Casa era de 36 milhões de reais, contrariamente, à notícia, que fora divulgada, de que seria de 58 milhões, logo, era outra mentira, objetivando formar o caos, ou para o prefeito se reeleger; que ela cumprimentava os servidores, pelas conquistas efetivadas, na data, mas a conquista cabia, exclusivamente, aos servidores, porque tinham sido várias passeatas, no passado, “passava prefeito, entrava prefeito” e nada era feito, e o ex-prefeito Stupp tinha chegado, ao cúmulo, de dividir o pagamento de salários, portanto, ela cumprimentava os servidores, porque eram merecedores; que o prefeito estava perseguindo servidores, e as informações, aos vereadores, chegavam, rapidamente, que alguém estava mentindo, armando tramoia, na administração, para que a Santa Casa fechasse suas portas, de fato, e que, os guaçuanos presentes se lembravam, perfeitamente, de quantos anos tinham se passado, até que o hospital municipal de Mogi Guaçu fosse inaugurado e entrasse, em operação, demorara vinte anos. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. O Vereador sublinhou a presença do Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, na reunião de vereadores, ocorrida, na data, no Gabinete do Prefeito, às 14h30, para apresentação das proposições referentes ao funcionalismo, e afirmou, que o vereador havia comparecido, na reunião, durante seu horário de trabalho, na Secretaria Jurídica do Município. O Vereador também sublinhou a entrada de dois projetos de lei, de autoria do prefeito, fora do horário estabelecido, regimentalmente, ou seja, os projetos tinham sido recebidos, pela Câmara, para leitura, às 17 horas, quando o Regimento Interno, pelo Artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

110, § 1º, estabelecia a entrada de proposituras até às 10 horas, dos dias de sessões ordinárias; que prejudicados tinham sido os funcionários, os quais tinham perdido uma semana, no prazo de negociações, perdendo a tranquilidade, para análise de propostas, que, relativamente, aos biênios e quinquênios, a serem concedidos a mil e cem funcionários, o orador entendia a proposta, como justa, embora tivesse dúvidas, haja vista que o Tribunal de Contas - TC sempre apontava o limite prudencial da Folha de Pagamento da Prefeitura, portanto, o vereador não sabia, como o prefeito faria, futuramente, para não ultrapassar o limite, depois da concessão do citado benefício, que ele achava o aumento, de 2%, muito pouco, deveria haver, ao menos, a reposição da inflação do período, e que, ele acreditava, que existiriam dificuldades de aumento, ao funcionalismo, em 2020, por se tratar de ano eleitoral. Depois, o vereador leu indicação, aprovada, na data, sugerindo a construção de um hospital municipal, para atender à população mogimiriana, e perguntou, se era brincadeira tal indicação, de vereador, haja vista que o prefeito tinha anunciado a construção do hospital, há quinze dias, salientando, igualmente, que era inadmissível este tipo de indicação, de comportamento de vereador, porque deixava os dezesseis outros vereadores, em situação complicada, não era esta a maneira de fazer política, isto era enganar a população. Por fim, disse que o Vereador Tiago e ele tinham informações extraoficiais, de que o prefeito iria, futuramente, abrir nova licitação, para infraestrutura de todas as ruas do Parque das Laranjeiras, completando o asfalto, no bairro, totalmente, talvez, com recursos próprios, da prefeitura, e ele se surpreendia, porque todos sabiam, que o dinheiro de tais obras, era oriundo de financiamento, todavia, existiam vereadores, que desejavam “manobrar” a informação, para se tornarem “o pai da criança”. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele registrou o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, efeméride de 02 de abril, e antecipou, que ingressaria com projeto de lei, solicitando a instituição, no município, da Carteira do Autista. Convidou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Gérson Rossi, para que encampasse a ideia, conjuntamente, haja vista que o vereador Gérson havia realizado audiência pública sobre o espectro autista, na Câmara, e afirmou, que faria também, uma audiência pública sobre a temática. Na sequência, discorreu assuntos do funcionalismo e acentuou que, quando a readequação dos salários e benefícios, para o funcionário público, tinha sido apresentada, pelo prefeito, logicamente, houvera estudo prévio de impacto financeiro, no caixa, da prefeitura, porque, na administração das coisas, dever-se-ia fazer a previsão orçamentária, logo, o índice de reajuste, de 2%, tinha sido estudado e parte designada, prevendo-se biênios, quinquênios e sextas-partes, a serem concedidos, no futuro, haja vista que o benefício tinha sido estendido a mil e cem funcionários, da Prefeitura de Mogi Mirim. O vereador falou, que estava muito preocupado, não pouparia palavras, a fim de ganhar votos do funcionalismo, mas, verdade era, que, se fosse concedido um índice maior, no dissídio, a prefeitura não conseguiria igualar o salário dos guardas municipais aos dos marronzinhos – fiscais de trânsito, e a administração, prevendo determinado caixa, para pagamento do funcionalismo, certamente, retiraria o projeto, em trâmite; que ele fora verificar as finanças da prefeitura; que, na administração anterior, os salários eram pagos, com atraso; que o bom administrador pensava sempre, em termos futuros, não administrava apenas, no tempo presente, não poderia, simplesmente, “abrir as burras”; que pessoas desinformadas não compreendiam o débito, o crédito, as receitas do município, havia muita coisa sendo feita, na cidade, portanto, o vereador se preocupava, porque os benefícios poderiam ser retirados, o projeto poderia ser retirado, por causa de aumento, no dissídio coletivo, que ele tinha grande experiência, na iniciativa privada, onde o índice do dissídio fora, de 3%, todavia, na iniciativa privada não haviam biênios, quinquênios, ou sextas-partes, e, na prefeitura de Mogi Mirim, mil e cem funcionários iriam receber o benefício e os GCMs a sua equiparação salarial, e que, ele era pessoa prudente, não desejava ser leviano, sequer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

irresponsável, já testemunhara dissídios, julgados, no TRT, onde o juiz havia mantido o reajuste, que tinha sido dado, pelo patronato, enfim, sua preocupação era somente uma: os benefícios dependiam do dissídio, um dissídio maior, causaria impacto, na Folha de Pagamento da Prefeitura, e, financeiramente, falando, poderia acontecer do projeto, em trâmite, ser retirado. O próximo orador foi o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante. Ele empenhou seu apoio à causa, trazida pelo Vereador Orivaldo. Fez referência também, ao Dia Mundial da Conscientização Autista, noticiou, que tinha um irmão e dois sobrinhos, no espectro autista, que ele acompanhava a luta dessas pessoas, as dificuldades, as adversidades, mas, principalmente, a superação das pessoas dentro do espectro autista, e que, o Vereador Orivaldo poderia contar, com todo o seu apoio, ao projeto da Carteira do Autista e propostas correlatas. A próxima oradora foi a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela discursou, em repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da aprovação do sacrifício de animais, em rituais religiosos, classificou a decisão de retrógrada, horrível, que a decisão fora retrocesso humano, ridícula, ela ficara chocada, com a decisão, pretendia fazer moção, repudiando a decisão e esperava o apoio dos demais vereadores. Depois, versou sobre o caso de uma acumuladora de animais, que residia, na cidade, e explicou, que ela abrigava mais de quarenta animais, em sua residência; que a mulher não recebia a visita da família, há vinte e um anos, o caso já era de conhecimento do Poder Público, mas, infelizmente, nenhuma providência tinha sido tomada e dever-se-ia tomar alguma, haja vista que, no caso de falecimento repentino, da mulher, os quarenta animais ficariam abandonados, e todos sabiam das dificuldades, que os protetores tinham, de encontrar abrigo sequer para um único animal; que a vereadora já tinha levado o caso à Promotoria de Justiça, que a vereadora e outros protetores tinham tomado algumas providências, tais como, a construção e um canil, do lado de fora da residência da mulher, e limpeza geral, na residência, a fim de gerar melhores condições sociais à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acumuladora, que mantinha janelas e portas fechadas, há anos, e que, a vereadora esperava por providências, haja vista que ela já tinha notificado todos os órgãos públicos, do caso específico, desta senhora, que precisava de assistência social e psicológica, e do bem-estar animal. Depois, disse que desejava reconhecer o trabalho, que estava sendo feito, pela Secretaria de Agricultura, seus funcionários, na pessoa do Secretário Valdir Biazotto, a quem agradecia, porque ela estava acompanhando o trabalho do secretário e observara as máquinas, em operação, o dia todo, a todo vapor, nos quatro cantos da cidade, na Pederneiras, no Capão Grosso, no Vergel, no Parque das Laranjeiras, e muito serviço estava sendo feito, no município, devido à estiagem. Parabenizou os funcionários da secretaria e desejou-lhes, que mantivessem a saúde e disposição. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele abordou a situação da saúde, no município, e salientou, que o carente buscava atendimento e não o recebia, logo, o cenário se aproximava do caos, era muito triste; que os usuários da rede pública de saúde buscavam o atendimento imediato, não desejavam aguardar, até o fim da construção de um hospital municipal, para serem atendidos, a construção do hospital poderia demorar, até vinte anos; que o pai do Vereador Cristiano tinha sido vereador, em Mogi Guaçu, à época da edificação do hospital municipal daquela cidade, portanto, deveria se lembrar, que a estrutura tinha demorado vinte anos para ser construída, e aliás, tinha sido iniciativa de Carlos Nelson Bueno, quando prefeito de Mogi Guaçu; que a saúde era necessidade urgente e a Secretaria da Saúde precisava de verbas, precisava equipar as UBS, precisava melhorar o atendimento, ao usuário; que, agora, o prefeito tinha colocado a Secretária de Educação, como Secretária de Saúde, acumulando os cargos, a mesma Secretária de Educação, que “cuidava tão bem das escolas e creches, que, nem alvará do Corpo de Bombeiros, as escolas possuíam”; que, assim sendo, notava-se a administração não pensava, em fortalecer os postinhos de saúde, equipá-los, reformá-los; que o prefeito estava tomando o caminho contrário, pois,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

anunciava a construção do hospital municipal, enquanto se esquecia das UBSs, que estavam todas desequipadas, com cronograma de atendimento ruim, medicamentos estocados, inadequadamente; que o prefeito previa gastar quinze milhões de reais somente na primeira etapa da construção do hospital municipal, logo, ele deixaria de equipar as UBSs, ou ampliar a UPA; que o vereador não conseguia compreender esse tipo de discurso, pois o prefeito já tinha doze anos de mandato, em Mogi Mirim, sabia, das dificuldades das UBSs, do atendimento, na saúde, o vereador não entendia, como o prefeito poderia gastar quinze mil reais, na primeira fase da construção do hospital municipal, sem nem o básico, as UBSs, funcionavam, insatisfatoriamente; que esta era uma forma de dar “truco”, na Santa Casa; que o prefeito estava fazendo a glosa, desconto, nos repasses mensais, sem direito de defesa, por parte da Santa Casa, e o vereador iria pedir a cassação do prefeito, por improbidade administrativa, porque o dinheiro das glosas estava sendo colocado, noutro lugar, desconhecido, era, portanto, desvio de repasse, que, em 2006, Carlos Nelson tinha desejado terceirizar a saúde de Mogi Mirim, junto, com Marco César Araga e mais uma entidade, e levava uma condenação, de mais de quase dois milhões de reais, pessoa física, não tendo pago a cifra ainda, dinheiro este, que poderia ser investido, na saúde de Mogi Mirim, e que, o vereador esperava, que o promotor determinasse, ao prefeito, que pagasse o “dinheiro, que devia, à saúde de Mogi Mirim”, e, para concluir, aclarou, que, brevemente, todos veriam alguns da base do prefeito respondendo, por falsidade de documentos e danos ao erário. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra. Discursou, dizendo, que era impossível deixar de comemorar o dia, que tinha sido de vitória, aos funcionários públicos, e parabenizou os funcionários públicos, os únicos responsáveis pela conquista, porque, há treze anos eles esperavam a equiparação de benefícios, cerca de mil e cem servidores, os quais tinham vivido desemparedados, com a falta do benefício, exercendo eles, a mesma função, que os outros funcionários. Ele parabenizava o prefeito, pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reconhecimento aos funcionários, mesmo, que tardio. Na sequência, ele agradeceu, aos pares, a aprovação da Moção nº 64, de congratulações, para com o Torneio Regional Natação, evento esportivo, com lugar, no Clube Mogiano, no último sábado, um evento de extrema importância, para Mogi Mirim, porque colocava a cidade, na rota dos esportes de alta performance; que o evento tinha sido organizado, numa parceria da Academia Free Play e Clube Mogiano, e tinha sido gigantesca a quantidade atletas inscritos, numa movimentação fantástica, no clube, numa parceria saudável, e ele, orador, estava gostando, de ver o resultado de Osvaldo Dovigo, como Secretário de Esportes, o próprio orador já o tinha criticado, anteriormente, todavia, reconhecia-lhe o excelente trabalho, não só do secretário, mas de suas assessoras, Mara Turolla e Adriana Guarnieri; que o torneio tinha sido possível, graças ao apoio da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, através da Comissão, para os 250 Anos de Mogi Mirim, que tinha repassado nove mil reais, para contratação de estrutura, para realização do evento; que o evento só fora possível também, porque o Clube Mogiano tinha realizado obras, feito alterações, na piscina do clube, a qual, agora, era olímpica, com plenas condições de receber torneios nacionais e internacionais; que ele destacava o atleta mogimiriano Conrado Lino, jovem talentoso, participante do torneio, atleta em preparação para o Pan-americano e para as Olimpíadas, o grande representante do esporte mogimiriano; que ele desejava agradecer também, a aprovação da Moção nº 60/2019, de aplausos, ao SESC – Serviço Social do Comércio, ao Sincomércio e à Secretaria de Cultura de Mogi Mirim, pela realização da 5ª edição do Circuito SESC de Artes, ocorrido, no dia 31 de março, na Praça Jorge França Camargo, zona norte, do município, que o circuito tinha englobado artes, atividades várias, artes visuais, circo, dança, tudo, gratuitamente, à população, e que, ele desejava vida longa a esses eventos, estava à disposição, contassem sempre, com sua presença e apoio. Para concluir, o Vereador Alexandre, enquanto presidente da CESAS, convidou o a todos, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reunião, na quarta-feira, às 14 horas, no Plenário, da Câmara, a fim de se discutir sobre Santa Casa, hospital municipal, UBSs e outros assuntos, com as presenças do prefeito e da Secretária Flávia Rossi e lembrou, igualmente, que todas as reuniões das comissões eram públicas, abertas à população. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele se reportou à fala da Vereadora Maria Helena. Salientou, que o discurso, da edil, fora perfeito, rendia-lhe homenagens, pois sua fala seria, no mesmo sentido, ou seja, ele acreditava, que o prefeito contava mentiras, na área da saúde municipal, o prefeito pregava várias mentiras, aumentando números, instalando o caos; que a notícia do hospital municipal vinha também, nessa vertente, era mais uma “bomba”, no assunto, a fim de gerar mais caos, e o prefeito aparecer, como “salvador da pátria”, numa provável intervenção, e todos os milhões, que ele tinha deixado de colocar, na Santa Casa, ao longo de todos os anos, ele colocaria, de uma única vez, vendendo-se, como herói e vindo à reeleição; que ele concordava, plenamente, não só com as palavras da Vereadora Maria Helena, bem como, com as do Vereador Tiago também; que o Vereador Tiago havia falado da situação da educação, no município, e ele tinha dito, claramente, que, se havia dinheiro, para a construção do hospital municipal, o prefeito não deveria ter abandonado as UBSs, as quais estavam, em estado calamitoso, bem como, se havia dinheiro, não deveria ter abandonado as escolas, várias, sem oferecer condições, aos alunos, para estudarem; que ele fazia um adendo – era absurdo ter colocado Flávia Rossi, Secretária de Educação, pessoa, que tinha deixado a educação mogimiriana, em estado lamentável, para gerir a saúde, que Flávia sequer era educadora, e existiam tantos bons profissionais, formados, na área de gestão hospitalar e medicina, seria, porventura, a “educadora”, que já era conhecida pela “educação”, a “salvadora da saúde”, perguntou, e que, o Prefeito tinha uma capacidade ímpar, de surpreender, negativamente, algo, que era impressionante. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que também destacou a situação da saúde, em Mogi Mirim, e se reportou,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao abraço coletivo, dado, no entorno da Santa Casa, um gesto simbólico, ocorrido, no sábado último, um gesto, de amor, de carinho de solidariedade, de preocupação; que ele agradecia, aos organizadores do abraço, aos grupos sociais Acontece Mogi e Dedo Duro, aos presentes, no ato, bem como, à imprensa e aos vereadores; que a questão da Santa Casa extrapolava a esfera política, pois toda a população necessitava dos serviços da Santa Casa; que ele rendia suas homenagens e o seu respeito, aos funcionários da Santa Casa, aos motoristas, recepcionistas, médicos, equipe gestora, todos, que lá trabalhavam, pois era perceptível o carinho, o amor, com que tais profissionais trabalhavam; que Santa Casa não poderia fechar suas portas e ele acreditava mesmo, que ela não fecharia portas, e, se lhe perguntassem, sobre o hospital municipal, ele responderia, que não era contrário, pois tinha feito o pedido de um hospital municipal, na legislatura passada; que o hospital municipal era importante, todavia, a Santa Casa era questão urgente, e dever-se-ia separar, o que era importante, daquilo, que era urgente, e a questão da Santa Casa era urgente-urgentíssima; que o embate, entre Santa Casa e Prefeitura, chegaria a nada, a lugar nenhum; que, no final do abraço simbólico, com muito amor, tinha sido feita a oração universal do Pai Nosso, pedindo, entendimento, aos envolvidos; que era necessário cessar de jogar pedras; que ele pedia a misericórdia de Deus, para os homens, que estavam à frente da Santa Casa e da Prefeitura; que, falando sobre saúde pública, o orador acreditava, que a pasta da saúde e a da educação eram de importância extrema, portanto, uma única pessoa – não questionando sua capacidade profissional – mas, duas secretarias enormes, para uma só pessoa, seria, humanamente, impossível de gerir e o prefeito estava colocando, em risco, ambas as secretarias; que o prefeito tinha conseguido desmoralizar a atual vice-prefeita, porque ela era médica e ela sim, atenderia à todas as condições, para ser a Secretária de Saúde, portanto, o vereador não entendia porque a vice-prefeita não era a Secretária de Saúde, o vereador não entendia, qual era a pegadinha do prefeito, nessa situação, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

perguntou ainda, o que a vice-prefeita estava fazendo, no momento; que uma única pessoa, para gerir a Secretaria de Saúde e a de Educação, era extremamente perigoso, para a população, pois faria desmoronar a saúde e submeteria a risco a situação das escolas, era algo muito preocupante, e o vereador ficava a indagar, qual seria a pegadinha do “prefeito maquiavélico”. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele cumprimentou os presentes, nas galerias, e falou, que o dia era um marco, ao funcionalismo, porque a classe tinha readquirido os biênios, quinquênios e sextas-partes; que suas plataformas de campanha tinham sido a favor do funcionalismo, sempre, pela valorização do servidor; que ele sabia, pela conversa mantida com os pares, que, se o prefeito remetesse o projeto de congelamento dos biênios e quinquênios, a matéria não seria aprovada; que ele tinha dito, ao prefeito, que votaria contra, pois o congelamento traria dificuldades, aos funcionários, ele acompanhava o trabalho, dos servidores, e sabia da capacidade dos servidores; que um serviço público de qualidade se iniciava, pela valorização do funcionário público; que, na rede social, muitos estavam criticando o benefício, ao funcionário, em detrimento da situação da Santa Casa, mas estes não percebiam, que o funcionário era um servidor da saúde, da educação, da cultura, da limpeza, da administração, do esporte e os servidores tinham que ser valorizados; que ele estava feliz, conseguira cumprir uma promessa, da plataforma de campanha, e mil e cem funcionários receberiam os biênios, quinquênios e sexta-parte; que ele sempre fora contrário à proposta de congelamento, tranquilizara os eleitores, na rede social, e, hoje, depois da notícia da manutenção e ampliação do benefício, ele tinha recebido cento e quarenta mensagens de amigos funcionários públicos, classe, a qual ele defenderia sempre; que ele gostava de trabalhar, nos bastidores, fazia visitas constantes, nas secretarias, no gabinete, porque gostava de trabalhar, sem barganhas, com o prefeito, nunca tinha subido, no palanque de Carlos Nelson Bueno, que a Vereadora Sônia e ele estavam montando um grupo independente, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trabalhar, por Mogi Mirim, e que, se ele muito comparecia, ao gabinete, era porque lutava pela população, estava sempre cobrando, pela população. Sobre o tempo de construção do hospital municipal de Mogi Guaçu, citado pela Vereadora Maria Helena, e, relativo à fala do Vereador Tiago, que citara seu genitor, ele explicou, que era mogimiriano nato, que seu pai não estava vereador, quando da inauguração do hospital, em 1986, e que, responderia, aos pares, na próxima fala. Por fim, disse, que fazia sua parte, a de apontar, ao prefeito, os erros e os acertos, e que, as conquistas do dia tinham sido adquiridas, por mérito exclusivo do funcionalismo, todavia, ele não se furtara a fazer sua parte, indicando, ao prefeito. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Inicialmente, sublinhou, que a sessão não estava sendo transmitida, ao vivo, houvera queda, na internet, mas seu discurso poderia ser encontrado, no You Tube, e, na sua página, no Facebook. Registrou a presença do pessoal da Associação dos Aposentados de Mogi Mirim, por quem tinha carinho muito grande, citando a presença da professora Maria Inês, viúva do querido Maciel, que fora, por muito tempo, o motorista do gabinete do prefeito. Depois, deu boas-vindas ao jornalista Everton Zaniboni e informou ao Vereador Orivaldo Magalhães, que, no dia seguinte, no seu programa de rádio, às 7h30, iria entrevistar profissionais da ONG Fonte Viva, que trabalhava, com pessoas, dentro do espectro autista, informando ainda, que haveria um bingo, promovido pela Fonte Viva, na sede da ETC – Equipe de Trabalho Comunitário, localizada, na Avenida Luiz Gonzaga Amoêdo Campos, em frente, ao antigo kartódromo. Na sequência, aclarou, que não discursaria, falando sobre servidores, haja vista que tinham sido vários os discursos, ele apenas desejava colocar, que os servidores o conheciam, sabiam acerca da sua maneira de trabalhar, na vereança; que a idade o tinha tornado ponderado, em suas falas, em suas decisões e atitudes; que fora dito, em plenário, o projeto do congelamento dos biênios e quinquênios não seria aprovado, todavia, ele não tinha divulgado seu voto, portanto, perguntava, como era possível a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

alguém dizer, quem iria votar contra, ou a favor da matéria, que ele votava, conforme suas convicções, teoricamente, era base, mas poderia votar contra, ou a favor, e que, ele permaneceria ponderado, em suas decisões. Depois, ele ratificou o convite feito, pelo Vereador Alexandre, presidente da CESAS, para a reunião, na quarta-feira, às 14 horas, que ele tomara a iniciativa, pedira permissão, ao presidente da comissão, porque o assunto do hospital municipal era importante, talvez ele não o visse concluído, porém, seus netos e bisnetos iriam utilizá-lo, e, mesmo que, em Mogi Guaçu, a edificação tivesse demorado vinte anos, agora, estava pronta, em pleno funcionamento, logo, ele não era demagogo, e o prefeito, a ex-secretária de Saúde, Rosa Iamarino, a atual, Flávia Rossi, e representantes do financeiro estariam, na reunião, para discutir, com os vereadores, para debater o assunto, encontrar a verdade-verdadeira. Para encerrar, dirigindo-se ao Vereador Cinoê, respondeu-lhe, que ele estava mal informado, porque a vice-prefeita tinha sido convidada, para ser secretária, todavia, ela tinha preferido manter o cargo, na rede, por questões familiares, todavia, o Vereador Cinoê precisava se informar melhor, antes de usar a tribuna. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luís Rossi Junior. Primeiramente, fez uma saudação ao Dia Internacional da Conscientização Autista, comemorado, em 2 de abril. Salientou, que todas as pessoas tinham a obrigação de propagar a conscientização, lembrou, que a Casa já havia autorizado, em nível municipal, a prioridade de atendimento aos autistas, e se congratulou, com a Associação Fonte Viva. Ato contínuo, referiu-se ao Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, e registrou, que herbicida tinha sido aplicado, em ambos os lados, em toda a extensão da Rodovia dos Agricultores, serviço este, empreendido, pelo secretário, que ele, orador, esperava, pelo recapeamento da rodovia, segundo promessa do Deputado Barros Munhoz, mas, a aplicação do herbicida já era um avanço, porque, sem limpeza, ficava difícil o trânsito, na rodovia, inclusive, o de máquinas agrícolas, e o vereador acreditava que, com a estiagem, o secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atendesse todas as demandas das estradas e ruas não pavimentadas do município, ainda mais, agora, depois de adquirida nova máquina, para a administração. Sobre o funcionalismo, teceu comentários e afirmou, que, em todos os anos, o tema era debatido, porque, logicamente, desejava-se uma máquina pública, que trabalhasse, com eficiência, e quando se tinha servidores bem remunerados e não injustiçados, a máquina funcionava, plenamente, coerente e rapidamente, para o atendimento dos serviços públicos; que retirar benefícios, ou os congelar, era algo muito difícil e Mogi Mirim não fugia à regra, portanto, cabia-lhe agradecer ao prefeito, porque ele tivera sensibilidade, o congelamento dos biênios e quinquênios vinha sendo discutido, há tempos, e o prefeito, sensibilizado com a movimentação sindical e dos servidores, mudara de ideia e estendera o benefício, a mais mil e cem funcionários; que o projeto vinha sanar disparates, porque, numa mesma repartição, um funcionário progredia, outro, ficava estacionado, logo, tinha sido medida justa, assim como, fora justo também, o acerto do plano carreira dos GCMs e o projeto do auditor de renda, que, por várias legislaturas se tentou corrigir e não fora possível, e os agentes comunitários de saúde; que era importante respeitar o piso salarial e a referência de quem ganhava menos, do que um salário mínimo, que tudo isso era necessário fazer e, finalmente, fora feito, e que, ele ratificava o convite, para a reunião das comissões permanentes, às quartas-feiras, visando a discussão da matéria, e, para concluir, relativo ao projeto do dissídio do funcionalismo, o vereador informou ainda, que as comissões, a pedido do SINSEP, postergariam a análise da matéria, em um mês. Discursou o Vereador Jorge Setoguchi. Ele agradeceu a aprovação do Requerimento nº 182/2019, solicitando a implantação de temporizadores regressivos, nos semáforos do município, e explanou, que a medida visava dar condições de melhor observação, aos motoristas, quando, em cruzamentos. Ele ainda solicitou, aos produtores rurais, que se atentassem à DIPAM – A – Declaração para o Índice de Participação dos Municípios, objetivando o aumento da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

arrecadação do município; que o Conselho Municipal Desenvolvimento Agrícola pedia aos produtores, que apresentassem os talões de notas emitidas, em 2018, na auditoria fiscal do município, para que, com isso, a prefeitura fizesse a averiguação das notas emitidas e aumentasse a arrecadação de ICMS do município, que os produtores rurais eram a terceira empresa a restituir ICMS, ao município, e agradeceu a colaboração do Vereador Geraldo Bertanha, que estava divulgando a DIPAM, no seu programa, na rádio. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h26, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 10, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 73.000,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra, Presidente da CESAS. Ele explicou, que a CESAS tinha se reunido e recebido a presença, da presidente do FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, Cristina Fressato, da Secretária de Suprimentos, Daniela Granziera, e da técnica Elaine, da Secretaria de Educação; que o projeto buscava autorização legislativa a abertura crédito, para manutenção e atividades do FUNDEB, que o TC – Tribunal de Contas tinha apontamentos, de que o ex-prefeito Gustavo Stupp não tinha utilizado 100% dos recursos, de 2015, portanto, o tribunal determinara, ao prefeito Carlos Nelson Bueno, que aplicasse a diferença, em 2019, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que, este dinheiro só poderia ser utilizado, para folha de pagamento do FUNDEB, no ano, em curso; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 10/2019, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d”, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 04, de 2019, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “alterando a redação do Artigo 1º, da Lei 5.864, de 2016”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Denominação de Vias e Logradouros Públicos; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 04/2019, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 16, de 2019, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, “dando denominação oficial à praça, localizada, entre as Ruas Luiz Gonzaga Guerreiro e Rua Antônio Moreno Perez, no Jardim Maria Beatriz, Mogi Mirim, de ANTONIO APARECIDO AGUIAR”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Denominação de Vias e Logradouros Públicos. Para discorrer sobre a matéria, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele trouxe o currículo do falecido Antônio, mais conhecido, como Toninho Aguiar, ou Toninho dos Tratores; que ele tinha nascido e fora criado, em Mogi Mirim, tendo sido mecânico de tratores, dono da Toninho Tratores, fora casado, com Clarice, deixara quatro filhos e três netos, que os comerciantes e moradores dos arredores da praça tinha sugerido o nome de Toninho Aguiar, para denominação daquela praça, porque ele tinha residido ali, por trinta anos, e cuidara da praça, fazendo a manutenção, portanto, nada mais justo, do que a denominação, para a qual ele e solicitava a aprovação dos pares; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 16/2019, do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães); (à sanção do Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Lei Complementar nº 01, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação da Controladoria Geral do Município de Mogi Mirim, do Sistema de Controle Interno Municipal, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, fez uso da palavra o Vereador Géron Luiz Rossi Júnior, Presidente da Comissão de Justiça e Redação. Ele explicou, que o projeto era de conhecimento de todos, fora rejeitado, pela Casa, em 2018, porque não obtivera nove votos favoráveis, quórum de maioria absoluta, sendo, portanto, reapresentado, pelo prefeito, em 2019, e buscava disciplinar o controle interno, da Prefeitura, o que era uma exigência, do TC; que a prefeitura exercia o controle, através de servidores, com FG, porém, o TC vinha pedido independência do controle interno, através de servidor concursado e não mais FG; que o projeto regulamentava e criava três cargos de auditor de controle interno, na referência 10UNI, para 40 horas semanais, e os candidatos deveriam possuir curso superior, em administração, ou ciências contábeis; que, além do quadro de controladores internos, havia, no projeto, o cargo de controlador geral, que, atualmente, era exercido, por cargo de confiança, pelo senhor Dantas, e o futuro ocupante seria chamado de Controlador Geral do Município, com salário, em nível de secretário, que esta era uma forma, de o controle ser independente e ter lisura e transparência, como uma secretaria, com estrutura própria, por isso a exigência de concurso público, para preenchimento do cargo, e que, a comissão tinha recebido, para explanações, em reunião, o atual Secretário Administrativo, Mauro Nunes Junior; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, em Primeiro Turno, por onze (11) votos favoráveis a cinco (5) votos contrários, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2019, do Prefeito Municipal); (à Ordem do Dia da próxima sessão, para ser apreciado sem segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Luís Roberto Tavares, desistiu da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele parabenizou o Vereador Orivaldo Magalhães, pelo projeto de denominação de praça, para Toninho Aguiar, e acentuou, que o Toninho Aguiar tinha sido mecânico, com estabelecimento, naquela praça, inclusive, o filho de Toninho, tinha continuado, com a mecânica, e, atualmente, consertava o tratorzinho, do Vereador Marcos, portanto, era muito importante a denominação. Ato contínuo, narrou, que tinha sido procurado, há dois anos, por uma funcionária da Secretaria da Saúde, para que ele conseguisse três placas de denominação de via, para colocar o nome de seu falecido esposo, em logradouro, no Jardim Silvânia, e a denominação tinha sido aprovada, há vinte e oito anos, a senhora já tinha procurado oito vereadores, no decurso dos vinte e oito anos, e não tinha conseguido instalar a placa, com o nome do falecido marido; que, à época, ele procurara por Marcelo, do Setor de Trânsito, a quem agradecia, e destacou, que a senhora não desejava colocar, na placa de denominação, o nome de batismo do marido, que era José Rosa de Moraes, mas sim, José Rosa, como fora conhecido; que ele tinha conseguido a plaquinha, em quarenta dias, tinha pedido permissão, ao então secretário Fábio Mota, para ele mesmo instalar a placa, e o secretário concedera, portanto, ele mesmo abriu o buraco e colocara as plaquinhas e finalizara, cimentando; que a família inteira comemorara, ele mesmo tinha pago a limpeza da praça, e todos tinham chorado de emoção, então, tais denominações eram importantes, para as famílias e, de nada adiantava aprovar denominação e não colocar o nome do homenageado, na placa; que aquela senhora tinha esperado, por vinte e oito anos, e fora felicidade grande, para família, a família tinha até chorado, de alegria, porém, porém, o que lhe deixara triste, depois, foi que a mesma senhora falecera, um ano depois do narrado, portanto, se ele fosse “vereador frouxo”, ele seria apenas mais um, se ele não tivesse colocado a “mão na massa”, aquela senhora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

teria morrido, sem o gosto de ver o nome do marido, na placa, que ele agradecia ao Marcelo e ao Fábio Mota, esperava, que isso não acontecesse, ao amigo Toninho, e que, ele parabenizava o Vereador Orivaldo Magalhães, pela excelente propositura. Como os senhores vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e Moacir Genuario, inscritos, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele retornou, ao assunto do anunciado hospital público municipal, e aclarou, que o funcionamento hospital estava previsto, para março, de 2020. Depois, discursou, afirmando, que Mogi Mirim tinha saído do marasmo, em que estava, Mogi mirim estava retomando o crescimento, portanto, Mogi Mirim tinha que ter um hospital municipal, andar, com as próprias pernas, inclusive, Mogi Mirim deveria ter aeroporto, com pista asfaltada, porque, há alguns anos, empresários tinham desejado aterrissar, com seus jatinhos, no aeroporto local, e não tinham conseguido, mas, coisas novas viriam, Mogi Mirim estava mudando, e que, para muitos, isto era crescimento e desenvolvimento, da cidade, porém, para outros, os quais desejavam a política partidária, era desgosto muito grande. Sobre outro assunto, disse que desejava iniciar um trabalho, contra o feminicídio; que iria até Brasília, para tratativas; que sua dialética sobre o assunto eram as medidas protetivas, que existiam, no ordenamento jurídico do país, as quais eram absurdas; que os homens, os camaradas bebiam, chegavam, em suas casas, “desciam o pau”, nas mulheres, “chapavam o caneco”, por causa do desgosto da vida, e descontavam tudo, nas mulheres, nas esposas, nas crianças; que a Justiça, por sua vez, concedia medidas protetivas, mas não ficava vigiando e, assim sendo, ocorria, o que tinha, justamente, acontecido, há quatro semanas, quando um sujeito tinha ateado fogo, na ex-esposa, ou outro sujeito, que fora até o salão, onde a ex-companheira trabalhava, e, mesmo com medida protetiva, tinha mandado cinco tiros, na ex-esposa; que o Congresso via tudo isso e não tomava medidas, deveria colocar esses camaradas, na cadeia, por cem dias, deveria endurecer a pena, os congressistas precisavam



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trabalhar, dever-se-ia iniciar um movimento, no Brasil todo, para que a lei fosse mudada, para que crianças não mais ficassem órfãs de mãe, que era preciso acabar, com as conversas e fazer uma ação, um movimento geral, para acabar com o feminicídio, e que, dever-se-ia trabalhar, pela proteção da mulher. Como a próxima inscrita, Vereadora Sônia Regina Rodrigues, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Ele se reportou às palavras do Vereador Orivaldo Magalhães, Líder de Governo, acerca da previsão da inauguração do hospital municipal, para março, de 2020, e pediu a todos, que sublinhassem a data, ele mesmo estaria, na Casa, para conferir a previsão, em março, de 2020, porque, no Reino do Senhor Pinóquio, todo o dia era dia 1º de abril, no reino de Carlos Nelson Bueno, todo dia era dia de se contar mentira, na Câmara e no gabinete, e explicou, que, em 2006, tinha sido o próprio Carlos Nelson a cortar os biênios e quinquênios, dos servidores públicos, criando ele mesmo a desigualdade e a guerra, entre servidores, portanto, nada mais justo, do que o prefeito consertar a própria besteira, feita, no passado; que haviam heranças de Carlos Nelson, mas o povo tinha memória curta e se esquecia dos acontecimentos, do passado, tais como, o Cartel da Merenda, prejuízo, aos cofres da Secretaria de Educação, a tentativa de terceirização, da saúde, que acarretara, em sentença judicial, condenando Carlos Nelson a devolver dois milhões de reais à saúde, à Santa Casa; que ele, orador, estava, na Casa, para lembrar, ao mogimiriano, o caos, que tinha se instalado, na cidade, por culpa sim, de Carlos Nelson Bueno; que, se Carlos Nelson tinha quinze milhões, em caixa, ele havia mentido a todos, aos servidores públicos, aos vereadores, à população mogimiriana, única e exclusivamente, para o dinheiro “surgir”, nos dois últimos anos de mandato; que Carlos Nelson também tinha aumentado o IPTU, a planta genérica de valores imobiliários, desviado dinheiro, da CIP, culpando apenas Gustavo Stupp, que o discurso de Carlos Nelson Bueno mudara, da noite, para o dia, mas ele deveria estar, em dia, com a população, e que, ficavam as considerações, ele, orador, não fazia política



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apenas, para desgastar prefeito, não, porque todos sabiam, que o Vereador Moacir e ele tinham se esforçado, para trazer dinheiro, financiamento, para o asfalto do Parque das Laranjeiras, e quem dissesse o contrário, seria demagogo, portanto, as verdades deveriam ser ditas, “porque o homem estava dominando todo mundo”, mídia, vereadores, todos davam espaço, para o Pinóquio falar, e diziam ainda, que a oposição estava esbravejando, como irresponsáveis, mas que bom era, à população, ter uma oposição assim, fiscalizadora e atenta. O próximo orador foi o Vereador Alexandre Cintra. Ele fez um alerta, principalmente, à população da zona leste, que era composta, por vinte e um bairros, sobre o aumento de casos de dengue, de 60%, para 80%, de incidência, era, na zona leste, a maior ocorrência e isto era inadmissível, o problema não estava, na Secretaria de Saúde, mas sim, na população, porque não limpava suas residências, adequadamente, que os agentes de saúde percorriam todas as ruas, na zona leste, e a EPTV Campinas noticiara, por duas semanas, o aumento dos casos de dengue, em Mogi Mirim, e ainda, havia problema de atendimento, na Santa Casa, portanto, a população da zona leste deveria colaborar, cuidar do próprio lixo, de forma educada, limpa, consciente, porque a dengue não era brincadeira, e que, o papel de combater a dengue cabia, ao Poder Público, no tocante à promover campanhas de conscientização e fiscalização, mas, principalmente, cabia à população, que deveria combater a dengue. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Rapidamente, agradeceu a aprovação e as assinaturas apostas, ao seu requerimento, através do qual solicitava abertura de CPI, no Consórcio Intermunicipal de Saúde, especialmente, em relação à UPA zona leste. Esclareceu, que a função da CPI seria de estudo de caso, não só da parte financeira, bem como, da parte técnica, haja vista que eram muitas as denúncias, por ele recebidas, ele mesmo trouxera à tribuna, três casos de óbitos suspeitos, ele pretendia entender melhor, como estava funcionando a UPA, a reforma da UPA, o “puxadinho”, que ele desejava abrir “a caixa”, do Consórcio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Intermunicipal de Saúde e conhecer melhor o assunto, era-lhe de extrema importância, haja vista que Rosa Iamarino tinha dito, que o modelo de gestão da UPA seria empregado, no novo hospital municipal, a ser edificado, e que, todos os vereadores eram bem-vindos, a assinar o requerimento, conjuntamente. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele abordou o assunto das obras, no Parque das Laranjeiras, e relatou, que a licitação para os serviços de infraestrutura, no Parque das Laranjeiras, tinha sido aberta, pela Prefeitura, através da publicação, do aviso, de concorrência pública, no Jornal Oficial de Mogi Mirim, na edição, da última quarta-feira; que o seu assessor e ele tinham pesquisado o edital, e nada constava sobre o esgoto, onde seria despejado, haja vista que, atualmente, o esgoto do Parque das Laranjeiras era despejado, na lagoa, do Boa; que ele tinha feito questionamento, sobre o assunto, oficiando a Secretária de Suprimentos, Daniela Granziera, e Rodrigo Sernaglia, Presidente do SAAE, e este último lhe informara, que o responsável vencedor da licitação faria a obra, todavia, o vereador registrava, que nada disso constava, no edital, que a questão do esgoto era séria e, se o vencedor deixasse a obra, para depois, e não houvesse fiscalização, por parte da prefeitura, seria algo muito ruim, portanto, ele deixava o alerta e esperava a resposta do questionamento, que fora feito à secretária, porque o esgoto não poderia ser deixado, para depois, o esgoto não poderia continuar despejado, no Boa, e que, não era apenas o perigo da dengue, como alertara o Vereador Alexandre, porque havia a questão, do saneamento básico também. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Inicialmente, cumprimentou o senhor Jambres, presente, nas galerias. Depois, dirigindo-se ao Vereador Tiago, disse-se muito contente, porque o vereador do MDB tinha mencionado a vereança de seu pai, em Mogi Guaçu, por três mandatos, e isto lhe trazia grande orgulho, e que, seu pai não tinha sido vereador, à época, da construção do hospital, década de 80, mas estava vereador sim, quando do início, do funcionamento do hospital municipal, de Mogi Guaçu, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

1992, no mandato do então prefeito Walter Caveanha. Sobre a reestruturação do Partido Progressista, colocou, que os vereadores do Progressista, Sônia e ele, orador, estavam empenhados, já haviam contatado os oito deputados do PP, os quatro estaduais e os quatro federais; que ele convidava o Vereador Luís Roberto Tavares a ingressar, nas fileiras do PP, ficava, pois, o convite, que a Vereadora Sonia era grande líder de bancada e a responsável, pelo crescimento da votação dos deputados do PP, em Mogi Mirim, especialmente, a do deputado Ricardo Izar, sua expressiva votação se devia, ao empenho da Vereadora Sonia. Complementando sua fala anterior, explanou, que algumas pessoas confundiam algumas situações; que ele sempre buscava soluções, para tudo, o que lhe trouxessem de problemas, de solicitações, a resolver, todavia, ele jamais fizera pacto, com pessoas, em troca de favores, mesmo porque, seus pedidos eram de coisas relacionadas, ao Poder Público, relacionadas a aquilo, que a população lhe solicitava; que ele tinha quase dezoito anos de vida pública e nunca precisara fazer barganhas, sempre procurara trabalhar da melhor maneira possível e o atendimento, que ele recebia, dos secretários municipais, nunca fora condicionado, ao seu apoio político; que ele tinha foco, no mandato de vereador e no atendimento à população, e ele até se propunha a fazer um levantamento dos pedidos, por ele atendidos, ele acreditava fossem mais de mil solicitações de populares, físicas e virtuais; que ele acreditava tivesse resolvido 80%, dos casos a ele trazidos, que ele era contrário à benesses políticas, a furar a fila, da saúde, da educação, passando alguém para a frente, que, nos dois anos e três meses, como vereador, ele preservara sempre, por sua integridade, trabalhara sempre, em prol da população, não fizera acordos, mas buscara ajudar sempre, procurava retornar todos os pedidos, que lhe chegavam, quando via algo errado, da parte do Poder Executivo, não esbravejava, apenas mostrava, ao Poder Executivo, que ele poderia fazer diferente, porque o assessoramento ao Poder Executivo era também, sua função, como vereador, e que, os vereadores, quanto mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

unidos fossem, quanto mais harmônicos fossem, poderiam “fazer a diferença”, em Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele assinalou a reinauguração da piscina Tucuruá, agenda, com data, para o sábado próximo, e explicou, que ele tinha feito um trabalho, objetivando a reabertura da piscina, através de indicações, requerimentos e cobranças, junto ao antigo Secretário de Esportes, Marquinhos Dias; que não havia verba, para a reforma da piscina, a verba utilizada tinha sido própria, da secretaria, tinha sido feito o muro também, todo um trabalho voltado à reinauguração da piscina, que ele desejava rogar à população, da zona norte, que cuidasse da piscina, cuidasse do bom trabalho, que tinha sido feito ali, a fim de evitar roubo de equipamentos, invasões, e que, a comunidade deveria ajudar, na fiscalização, chamando a GCM, quando de movimentos suspeitos, na busca de preservar o patrimônio, que era de todos. Mais uma vez, sublinhou a questão do recolhimento de lixo, na zona rural, o lixo não estava sendo recolhido, portanto, ele solicitou ao Secretário Zé Paulo, que solucionasse a situação, porque o trabalho não estava sendo executado, a contento, o vereador recebia fotos, de locais, onde o lixo não estava sendo recolhido, e esse era serviço de responsabilidade do secretário, haja vista que a terceirizada Construrban respondia àquela pasta. Depois, pediu atenção à praça central da cidade, porque estava sendo tratada, com descaso, pela administração, ele pedia a troca de banco, pois haviam bancos danificados, o vereador tinha rasgado suas calças. Finalizando, reiterou convite à reunião da CESAS, na quarta-feira, às 14 horas, com a presença da equipe, da Secretaria da Saúde, e, sobre a Santa Casa, falou, que a Santa Casa não poderia ser abandonada; que ele tinha um ente lá, internado, naquele momento; que o problema da Santa Casa não eram seus profissionais, era outro, que, se o prefeito desejava construir outro hospital, tudo bem, mas ele não deveria abandonar a Santa Casa, e que, ele esperava, que o Poder Judiciário cessasse de lengalenga, resolvesse logo a questão, se haveria, ou não intervenção, no gerenciamento da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

saúde, na Santa Casa, porque a população precisava da Santa Casa, a saúde de Mogi Mirim precisava da Santa Casa. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. De início, ele se reportou ao Requerimento nº 193/2019, de sua autoria, para informações sobre a quantia de edificações irregulares e a possibilidade de estabelecer normas e procedimentos, para a regularização das edificações clandestinas, irregulares, acabadas e ou habitadas, no perímetro urbano do município, num prazo determinado. O assunto havia sido despertado, porque o Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, tinha encaminhado à Câmara de São Paulo, um projeto, para que proprietários de imóveis regularizassem suas situações, dentro de prazo determinado, inclusive, o vereador se recordara, que, no ano passado, tinha sido revogada lei, da gestão do prefeito Gustavo Stupp, na qual não constava prazo, sob promessa da remessa de projeto de lei específico, contendo anistia e prazo determinado, porém, o projeto nunca fora remetido, que as pessoas lhe cobravam, acerca da anistia, porque o projeto permitiria, ao proprietário, além da anistia, ter a regularização do imóvel, permitindo assim, que ele buscasse financiamento, Habite-se e registro cartorário, e que, ele pedia o apoio dos pares, para que o município encaminhasse o projeto, dando plenas condições, aos proprietários. Depois, versou sobre o Requerimento nº 195/2019, através do qual solicitava à Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A - Intervias, aos órgãos e departamentos competentes, estudos, para elaboração de plano de melhorias, no sistema viário, no trevo de acesso à SP-147, na zona leste, especificamente, Chácara Ypê e adjacências. Explicou, que, quando da concessão da rodovia, o retorno irregular tinha permanecido, na altura do trevo, de acesso, às Chácara Ypê, provocando inúmeros acidentes, e pediu o apoio de todos os pares, para soluções, em nome da população daquelas cercanias, ou até mesmo, a alternativa do fechamento total, do acesso irregular. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SILÊNCIO, pelo passamento do senhor *Ederaldo Pinto Guedes, Lourdes Fernandes de Barros Brandão, Paulo Roberto Brait, Arlindo Papa, Sinésio Zanetti, Alexandre Alves (Mega)*, falecidos, recentemente. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h41, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM